



ASPECTOS COLONIAIS DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL

Ian Ravih Rollemberg de Aragão¹
Ilka Miglio de Mesquita²

GT 11 – Educação e Psicologia

RESUMO

Este texto tem por objetivo discutir a colonialidade presente na Psicologia enquanto ciência, bem como na própria disciplina, que forma psicólogos para atuarem com seres humanos que serão marcados por suas práticas. A metodologia trabalhada trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, a partir dos Estudos Decoloniais e da Psicologia Crítica, principalmente de orientação marxista. Este estudo se coloca como imperativo em um momento da produção do conhecimento do cone sul em que cada vez mais trazem diálogos com autores que negam ou ao menos questionam o lócus colonial. Conclui-se que é imprescindível para a própria sobrevivência de um saber psicológico emancipador assumir um novo projeto político-pedagógico pautado nas teorias decoloniais. Um olhar que considere epistemologias dos povos subalternos, excluídos, com saberes outros, que não são piores, menos importantes, mas historicamente por conta de um projeto político de dominação, negados (WALSH, 2007).

Palavras-chave: Estudos Decoloniais. Formação. Psicologia.

ABSTRACT

This text has as its objective to discuss the coloniality present in Psychology as a science, as well in the subject itself, that builds psychologists to act with human beings that will be marked by their practices. The methodology that is used is a qualitative bibliographic review, based on Decolonial Studies and Critical Psychology, mainly of marxist orientation. This study is placed as imperative in a moment of knowledge production in the southern cone in which dialogues with authors that deny or at least question the colonial locus are increasingly being brought. It is concluded that it is indispensable for the survival itself of an emancipating psychological knowledge to assume a new political-pedagogical project based on the decolonial theories. A new perspective that considers epistemologies of the subaltern people, of the excluded, of the ones with other knowledge that are not worse or less important, but historically because of a political project of domination, denied.

Key Words: Decolonial Studies. Formation. Psychology.

¹ Estudante de Psicologia da Universidade Tiradentes, bolsista de iniciação científica UNIT/CNPQ, Membro do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2521-0720>. Email: <ianravih@gmail.com>

² Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5071-2415>. Email: <ilkamiglio@gmail.com>



INTRODUÇÃO

O saber a priori coloniza o ser. Mas o a priori é apenas aparente. O saber construído sempre tem uma influência de uma alteridade, influência essa maior do que inicialmente se supõe. Dentro de um contexto epistemológico, o que se constrói do conhecimento não se constitui da ausência, assim como o sujeito em si não se constitui sozinho. O perigo dessa constituição a partir dos outros é o de reproduzir discursos que estão além de nós mas que cremos serem nossos. Discursos, então, que ao mesmo tempo nos alienam, e alienam os que os escutam a partir da nossa própria reprodução. Os que os escutam então seguem por reproduzir os mesmos discursos, numa cadeia, e nessa cadeia se crê que se construiu um saber próprio, mas será ele é mesmo próprio?

O Brasil, assim como um sujeito, também não se constituiu sozinho. O próprio nome, o significante “Brasil” foi dado por um Outro, e esse Outro era o Português. No entanto, esse nome não foi dado de maneira carinhosa, como quando uma mãe batiza um filho. O nome “Brasil” foi dado a partir do até então mais valioso bem que existia em terras brasileiras, o Pau-Brasil. Esta nomeação, que não foi pensada por acaso, já deixa marcas, traços que definem qual a função do Brasil, e esta poderia ser interpretada como, “lugar em que extraio as riquezas, as subjetividades, a vida, a cultura local, e imponho a minha subjetividade enquanto português, a minha cultura, a minha noção do que é viver”. Sendo assim, o Brasil foi então colonizado. Uma colonização que justamente não só usou de matérias primas, de mão de obra escrava e indígena, que não só dizimou etnias indígenas inteiras, destruiu as florestas, dentre diversos outros danos. A colonização brasileira, e não só a brasileira, mas a colonização dos países do sul do mundo, do dito novo mundo, impôs uma verdade outra, impôs uma alteridade alienante, e que continua a alienar até os dias de hoje (MIGNOLO, 2017).

Um dos ambientes que reproduz alienação é justamente o ambiente acadêmico. O ambiente acadêmico brasileiro, assim como o de outros países colonizados, se utiliza de saberes de lugares alheios, geralmente vindos da Europa ou dos Estados Unidos para tentar dizer algo sobre uma realidade sua. Esta dinâmica se classifica dentro do conceito de colonialidade do saber, que se refere ao processo de colonização epistemológica ocorrido



dentro da colonização geral dos países do sul, perdurando até os dias atuais (OLIVEIRA e CANDAU, 2010).

Considerando a colonialidade do saber, o problema da academia é que ela tem o poder de disseminar discursos, trazê-los à tona como verdade e depositá-los em seus discentes com uma violência velada, alicerçada em métodos científicos e uma suposta neutralidade e universalidade do conhecimento. Essa universalidade, que considera apenas o hemisfério norte, traz discursos no vocabulário subjetivo e objetivo dos alunos, que, passivos e crentes de que estão finalmente conhecendo, na verdade se distanciam cada vez mais de si mesmos e da sua realidade. Esses acadêmicos reproduzem, então, o conhecimento herdado. Caso sejam de alguma profissão que atua na produção ou disseminação do mesmo, manterão a roda girando, o ciclo vicioso de alienação, a pleno vapor, continuará e não será incomodado. Caso, por outro lado, sejam de alguma profissão que utiliza esse mesmo conhecimento em práticas, irão não só alienar e colonizar discursos ou epistemologias, mas alienar e colonizar o próprio ser, em condições objetivas e subjetivas (MIGNOLO, 2017).

As profissões mais capazes de realizar esse feito são justamente as que mais a fundo trabalham com a subjetividade, com a psiquê, com o que é mais interno e profundo no sujeito, e produzem conhecimentos sobre esses fatores. Essas profissões e áreas do conhecimento são a Psiquiatria e a Psicologia. Segundo Pavón-Cuéllar (2021), o próprio processo de colonização e evangelização dos povos originários da América Latina já trouxe em si um traço de psicologização, posteriormente objetivado pela introdução do saber psicológico formal, nesta realidade. Processo que se perdurou por séculos, denominado por estudiosos da teoria decolonial como colonialidade do ser, ou seja, negar aos povos originários a própria qualidade de um ser, de um sujeito (OLIVEIRA e CANDAU, 2010).

Assim, este texto tem por objetivo discutir e investigar a colonialidade presente na Psicologia enquanto ciência, bem como na própria disciplina que forma psicólogos para atuarem com seres humanos que serão marcados por suas práticas. A metodologia do mesmo se dará por meio de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo em que se investigaram tanto artigos, por meio do buscador Google Scholar, quanto por meio da consulta de livros pertinentes ao assunto. Os materiais consultados se dão dentro dos Estudos Decoloniais e da Psicologia Crítica, principalmente de orientação marxista.



Este estudo se coloca como imperativo em um momento da produção do conhecimento do cone sul em que cada vez mais trazem diálogos com autores que negam ou ao menos questionam o lócus colonial. A Psicologia deve atingir todas as pessoas, visto que em sua própria proposta está o fato de lidar com sujeitos em suas mais diferentes formas. O próprio código de ética do psicólogo em muitos artigos afirma a necessidade do profissional se colocar enquanto quem entende dos fatores sociais por trás do psiquismo, ou enquanto quem não reproduz qualquer tipo de opressão, discriminação, seja por raça, classe, gênero, ou orientação sexual (CFP, 2005). Como segui-lo se tanto professores de Psicologia quanto estudantes ou profissionais não conhecem as diversas formas de opressão presentes em estudar autores do contexto modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2017)? Se no início do século XXI um grupo de psicólogos liderado por Ana Bock resolveu propor a profissão da Psicologia como ético-política, agora outro movimento deve surgir (BOCK, 2009). O movimento de propor uma Psicologia Decolonial (PAVÓN-CUÉLLAR, 2021).

Para isso, é necessária uma revisão teórico-prática dentro do campo psicológico que explicita as contradições inerentes a esse saber. Explicitar para desconstruir e posteriormente reconstruir um saber que abarque todas as realidades, não apenas a que domina os países colonizados desde a sua constituição. Este é um projeto educacional para uma Psicologia que possibilite a real transformação dos sujeitos e da sociedade.

A COLONIALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Ao se analisar a história da Psicologia, verifica-se que o estudo do psiquismo humano existe desde a antiguidade. Os filósofos gregos já buscavam entender a motivação dos comportamentos humanos e como funcionaria a mente humana (RUSSEL, 2015). Além disso, com o desenvolvimento da medicina e da fisiologia ao longo dos séculos, médicos, biólogos, fisiólogos, até mesmo físicos, estudavam diversos aspectos do que atualmente seriam considerados na ciência psicológica os Processos Psicológicos Básicos (SCHULTZ E SCHULTZ, 1992). No entanto, até o fim do século XIX, a Psicologia era considerada uma parte da Filosofia, principalmente por conta do estudo de filósofos modernos como Descartes, Locke e Berkeley, que investigaram as matrizes do pensamento, da cognição, da aquisição do



conhecimento e do próprio estatuto do que significava ser ou não um sujeito. Ao mesmo tempo, era considerada uma área da fisiologia por conta de estudos de autores como Fechner e Helmholtz, que a partir de uma área específica denominada posteriormente por Fechner como Psicofísica investigavam a coligação entre os aspectos do mundo material e do mundo mental de um sujeito a partir de quantificações e fórmulas físico-matemáticas (SCHULTZ E SCHULTZ, 1992).

No entanto, um homem deseja modificar esta dualidade e unir estes dois saberes em uma área autônoma. Ele se chamava Wilhelm Wundt, e no fim do século XIX, mais precisamente em 1877, criou o primeiro laboratório de Psicologia Experimental, delimitando o que é a Psicologia, qual o seu método, etc. Desta forma, seu nascimento se dá num contexto de uma segunda revolução industrial e do método positivista que prezava por uma ciência baseada em métodos empíricos e observáveis. Sendo assim, a Psicologia surge dentro de uma lógica positivista e de expansão econômica (YAMAMOTO, 1987).

No seu surgimento, estava em voga o taylorismo, doutrina operacional-científica que preza pela maior eficiência possível nos processos de trabalho e produção. A noção de indivíduo também ganhava força e, com esse ganhar de forças, não havia uma disciplina que o estudasse de maneira científica, mesmo que existissem estudos ligados a outras áreas do saber. A Psicologia então nasce dentro de uma necessidade do poder dominante e do capital, de buscar cada vez mais entender como funciona o sujeito, mas não para o seu bem-estar, e sim para uma cada vez maior produção, surgindo então como a ciência do estudo e do controle do comportamento individual (YAMAMOTO, 1987). Sendo assim, desde o seu começo, a Psicologia não aparece como interessada em terapêuticas, em processos de “cura”. Seu único interesse é o interesse da classe dominante. Dessa forma, os dispositivos iniciais da Psicologia, caracterizados por testes de aptidão, quocientes de inteligência, entre outros, eram dispositivos de controle, de definição de quem era mais capaz de produzir e conseqüentemente de exclusão com os que não eram capazes (PARKER, 2014). Também segundo Yamamoto (1987), quando no Brasil chegam os primeiros estudos psicológicos, principalmente por meio das áreas médicas e educacionais, os saberes criados em contextos europeus, de revolução industrial e de culturas radicalmente diferentes, são simplesmente importados. E, justamente o primeiro uso desses saberes é em contextos classificados



tradicionalmente como de controle ou por que não dizer, de colonização: a escola e a fábrica. Na fábrica o interesse era entender como fazer os funcionários existirem não enquanto sujeitos dotados de intencionalidade, de escolha, de crítica, mas enquanto máquinas de produção em massa, justamente num processo de alienação muito bem ilustrado no filme “Tempos Modernos”, de Charlie Chaplin, em que o personagem de Chaplin se encontra numa repetição tão alheia a si mesmo que sai da fábrica repetindo o movimento que exerceu o dia inteiro. Na escola, situações análogas em que o interesse fundamental era o de separação entre os que seguiriam futuramente para as fábricas por serem intelectualmente inferiores e os que seguiriam para os trabalhos mais intelectuais, justamente exercendo o papel de juiz na própria divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, grande matriz do próprio capitalismo (MARX e ENGELS, 2007).

Importações a-críticas não são características especiais apenas da realidade da Psicologia brasileira, mas de toda a Psicologia abaixo do hemisfério norte. Repetindo padrões de colonização, são colonizadas novamente, dessa vez com os saberes psicológicos. Essa importação dominou e domina a Psicologia. São estudados autores, geralmente do início do século XX, brancos, europeus ou estadunidenses, que constroem suas teorias baseados em observações e estatísticas de sua realidade. Não é incomum em livros de Psicologia do Desenvolvimento serem dados exemplos baseados em estatísticas desenvolvimentais dos Estados Unidos, por exemplo, denotando como toda a visão de sujeito construída nos cursos de Psicologia em sua hegemonia é uma visão do sujeito americano/europeu. Nos países do sul, copiaram-se conscientemente conhecimentos que não dizem respeito a eles e aplicaram-se esses mesmos conhecimentos não só num sentido teórico, mas num sentido prático, em outros sujeitos, na psique e na subjetividade dos mesmos, promovendo transformações em teoria “positivas”, seja em ambiente clínico, escolar, organizacional, etc, mas que no fundo carregam um peso e um véu de alienação, que conseqüentemente precisa ser desvelado. O desvelamento é urgente, pelo bem de um saber psicológico realmente emancipador, e, principalmente, pelos sujeitos que têm os saberes psicológicos aplicados sobre seus corpos. Esse desvelamento, no entanto, não ocorre sem um arcabouço teórico que o sustente.

Considerando que em todas as áreas do saber ocidental existe uma lógica, mais ou menos aparente, de colonialidade, faz-se imperativa tomar a opção decolonial. A teoria



decolonial tem por objetivo o questionamento radical em que se busca a superação dos mais variados tipos de opressão contra os grupos colonizados e subalternos (MOTA NETO, 2018). Walter Mignolo, teórico argentino conhecido por seus estudos decoloniais afirma justamente que a Matriz Colonial de Poder, conceito inicialmente cunhado por Aníbal Quijano, posteriormente aprofundado desenvolvido por Mignolo, é a estrutura fundamental da civilização ocidental (MIGNOLO, 2017). Essa estrutura justamente vem carregada de uma herança baseada em um controle geral do tempo e do espaço, o controle da economia, da relação de autoridade, do controle do gênero, da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade (MIGNOLO, 2017). Dessa forma, a superação dessa relação de dominação vem a partir de um processo de desconstruir para reconstruir, de entender que a narrativa eurocentrada é apenas um discurso que tem um semblante de realidade, mas que no fundo é uma opção perceptiva do que é o real. Já que “a opção decolonial não visa ser a única opção. É apenas uma opção que, além de se afirmar como tal, esclarece que todas as outras também são opções, e não simplesmente a verdade irrevogável da história que precisa ser imposta pela força (MIGNOLO, 2017, pg. 13)”.

Dessa maneira, trazer esta postura decolonial de entender epistemologias e visões de mundo como discursos construídos pelo ser humano dotados de historicidade e opções é fundamental também para a Psicologia. Um método que possibilita esta nova visão e que foi evidenciado por Karl Marx e Friedrich Engels (2007) na “Ideologia Alemã” é o materialismo histórico-dialético, que justamente possibilita uma compreensão do homem, e no caso deste artigo, do saber, não como um ente natural, já dado e existente por si só. Possibilita entender o saber como um dado histórico que ao mesmo tempo influencia e é influenciado pelo seu meio, e por ter este caráter histórico, é justamente passível de ser mudado, subvertido. O uso de autores como Marx e Engels, mesmo sendo eles europeus, se encaixa dentro do pensamento decolonial a partir da noção de pensamento fronteiro, caracterizado por, apesar de buscar construir epistemologias do sul, reconhecer que dentro dos autores modernos/coloniais, existem teorias úteis para processos de libertações e reconstruções epistemológicas, desenvolvendo-se então as “trans-epistemologias” (BALLESTRIN, 2013).

Dentro do saber psicológico, autores que possuem uma visão condizente com a opção decolonial são escassos, mas é possível citar talvez o maior exemplo dentro deles:



Ignácio Martín-Baró, psicólogo espanhol que passou boa parte da sua vida em El Salvador. O mesmo é pouco estudado, sendo geralmente mencionado de maneira superficial em matérias relacionadas à Psicologia Comunitária. Hoje em dia é cada vez mais referenciado em áreas como a Psicologia Crítica e a Psicologia Política (GUZZO e LACERDA JUNIOR, 2011). Ele, ao discorrer sobre sua talvez maior contribuição para a Psicologia, a Psicologia da Libertação, sempre fazia uma ressalva: para que exista uma Psicologia da Libertação, primeiro é necessária uma libertação da Psicologia (MARTÍN-BARÓ, 2011). Ou seja, também adotando uma postura decolonial, afirma que uma psicologia que não se emancipa, não constrói saberes emancipadores e conseqüentemente não possibilita a emancipação de outros sujeitos. Em concordância com isso, também afirmava que justamente o que denotaria um psicólogo de qualidade seria a capacidade de não reproduzir padrões de dominação e sempre estar disposto a enfrentar novos problemas, inclusive alterando sua teoria e sua prática a partir deles (MARTÍN-BARÓ, 2017). O nome desta postura é justamente uma postura de práxis. Para ele uma Psicologia libertadora precisa, acima de tudo, seguir essa postura, que praticamente inexistente nos cursos de Psicologia, já que os conhecimentos propagados foram construídos em outra realidade, logo não foram feitos a partir de experiências e construções locais. Isso denota para ele que a Psicologia latino-americana e conseqüentemente a Psicologia brasileira, estão sofrendo um processo de escravidão epistemológico-prática (MARTÍN-BARÓ, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como então escapar das práticas de colonialidades na Psicologia? Se considerar o caráter histórico e construído do saber ocidental possibilita mudá-la, chega-se num impasse dentro dos saberes Psi hegemônicos e cada vez mais dominantes. A Psicologia se encontra dentro de uma ordem neoliberal que justamente busca retirar sua condição histórico-social para naturalizá-la e biologizá-la ao extremo (SAFATLE, SILVA JR e DUNKER, 2021). Lógicas cada vez mais medicalizantes de reduzir toda a condição humana a alterações cognitivo-comportamentais e alterações neuroquímicas no cérebro em busca de uma “Psicologia Baseada em Evidências”, colocam a Psicologia como ciência biológica. Entra em voga uma dupla colonização. Para além da colonização epistemológica há uma colonialidade



do próprio ser, como explica a pedagoga Catherine Walsh (2009). Um processo em que se extingue o sujeito no estudo psicológico. O que “existem” são categorias, nomeações arbitrárias tomadas como fatos concretos, em busca de uma suposta neutralidade científica. Acaba-se por construir uma ciência de objetos e não de sujeitos. Ou seja, chega-se ao tão sonhado desejo, presente desde a fundação da Psicologia enquanto ciência da mesma se igualar às ciências naturais. Ocorre um processo já denunciado pelo filósofo e epistemólogo marxista francês Georges Politzer há quase cem anos, em seu livro “Crítica dos Fundamentos da Psicologia I”, em que o mesmo criticava a Psicologia de sua época, nos anos 20 do século passado. Nele, ele afirma que a Psicologia se coloca enquanto uma ciência do estudo não de sujeitos em sua totalidade, mas de categorias como pensamento, percepção e atenção. Ele aponta como a Psicologia concretiza estes conceitos como se fossem fatos, e não simples abstrações, conjecturas, e simplesmente se esquece dos sujeitos, o que segundo ele deve ser o verdadeiro foco da Psicologia, esta que ele chama de Psicologia da 1ª pessoa, ao contrário da Psicologia vigente, que chama de Psicologia da 3ª pessoa (POLITZER, 1975)

Sendo assim, grande parte da Psicologia parece não ter avançado desde a sua fundação. Se nos cursos de Psicologia fala-se em uma ciência que considera o “indivíduo” enquanto biopsicossocial, a tendência das áreas Psi é não só o de esquecer o social, mas o de esquecer o “psico”. Ao esquecer o social, já se coloca enquanto uma ciência que trabalha com um sujeito ficcional, deslocado de sua realidade, fato comum à toda a história da Psicologia. No entanto, com a tendência cada vez maior de esquecer-se também o “psico”, perde-se a última possibilidade de não conformação e de transformação, de não entendimento de categorias, diagnósticos, avaliações psicológicas como algo dado, mas como algo "subjetivo", mesmo considerando que o uso da categoria de subjetividade sem o de sociabilidade é em si questionável.

Desta forma, mudanças dentro da Psicologia como um todo são urgentes, pois inclusive há a possibilidade real de que a mesma deixe de existir. Se cada vez mais passa-se a reduzir o trabalho com a saúde mental de uma forma geral ao de “curar transtornos”, considerando que estes são fatores de cunho neurobiológico, não há necessidade de se trabalhar com a mente, com o comportamento, com a psicodinâmica, ou qualquer área que envolva o sujeito psicológico. Ou seja, uma ciência que nasce com uma proposta, mesmo que



de cunho liberal e alheio ao social, ainda não vista em qualquer outra ciência formalizada, a de estudar subjetividade e o comportamento humanos, pode acabar justamente por muitas vezes se aliar a práticas de outras ciências como as Neurociências e a Psiquiatria que, se cada vez mais consolidadas, podem ser o seu fim. Ou seja, de certa forma a Psicologia uma vez colonizadora acaba por ser desta vez colonizada, alienada de si.

Dentro destes processos em que a Matriz Colonial do Poder se encontra explicitamente presente seja na colonialidade do poder, do saber ou do ser (BALLESTRIN, 2013), conclui-se que é imprescindível para a própria sobrevivência de um saber psicológico emancipador assumir um novo projeto político-pedagógico pautado nas teorias decoloniais. Um olhar que considere epistemologias dos povos subalternos, excluídos, com saberes outros, que não são piores, menos importantes, mas historicamente por conta de um projeto político de dominação, negados (WALSH, 2007).

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, ed. 11, p. 89-117, Maio/Agosto 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e o Compromisso Social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. 382 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; SAFATLE, Vladimir Pinheiro; SILVA JR, Nelson Da. **Neoliberalismo Como Gestão do Sofrimento Psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

LACERDA JR, Fernando; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Sobre o Sentido e a Necessidade do Resgate Crítico da Obra de Martin-Baró. *In*: LACERDA JR, Fernando; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Psicologia Social Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2009. cap. 1, p. 15-37.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Para uma Psicologia da Libertação. *In*: LACERDA JR, Fernando; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Psicologia Social Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Alínea, 2009. p. 181-197.



MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e Libertação na Psicologia**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. [S. l.]: Martins Fontes, 2007.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, ed. 94, p. 1-18, Junho 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MOTA NETO, João Colares da. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. **Folios**, [s. l.], ed. 48, p. 3-13, 2º Semestre 2018. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RF/article/view/8131>. Acesso em: 14 set. 2021.

OLIVEIRA, Luis Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, ed. 1, p. 15-40, Abril 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

PARKER, Ian. **Revolução na Psicologia: Da Alienação à Emancipação**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2014.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Rumo a uma Descolonização da Psicologia Latino-Americana: Condição Pós-Colonial, Virada Decolonial e Luta Anticolonial. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, v. 20, ed. 39, p. 95-127, Jan-Jun 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/182217>. Acesso em: 25 ago. 2021.

POLITZER, Georges. **Crítica dos Fundamentos da Psicologia**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1975.

RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sidney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. 5. ed. rev. e aum. São Paulo: Cultrix, 1992.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, Re-existir e Re-viver. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. [S. l.: s. n.], 2009. p. 12-42. Disponível em: <https://docplayer.com.br/183960197-Educacao-intercultural-na-america-latina-entre-concepcoes-tensoes-e-propostas.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **A Crise e as Alternativas da Psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987.